

## ENTRE O BRANCO E O NEGRO

Política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro

Marco Aurélio Coelho de Paiva

Doutor em Sociologia e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais/UFAM

**Resumo:** A partir das memórias de Mário Ypiranga Monteiro relatadas em seu livro *Mocidade viril 1930*, o artigo pretende identificar os fatores sociais então determinantes na definição da carreira intelectual do autor. A relação entre política e cultura em inícios da década de 1930 pode ser deslindada a partir dos fatos ali rememorados e no modo como a narrativa constrói uma oposição entre o masculino e o feminino, que se constituem em outras expressões a definir a política e a cultura.

Palavras-chaves: Amazônia; campo intelectual; campo político; moda; região

*Por isso, é um fato reconhecido hoje de todos os espíritos que refletem que pela gravata se pode julgar quem a usa, e que, para conhecer um homem, basta dar uma olhada à parte nele que une a cabeça ao peito.*

*Balzac*

A extensão e a variedade da obra de Mário Ypiranga Monteiro é, sem dúvida, o resultado de uma intensa atividade intelectual de uma vida inteira dedicada aos mais diversos ramos das ciências humanas. Estudos que abarcam desde investigações de cunho histórico, sociológico e antropológico acerca das populações locais da Amazônia e estendem-se até um rico levantamento do folclore regional, passando por exercícios de crítica literária e incursões pela criação poética e romanesca. O conjunto dessa vasta e múltipla obra pode ser apreendida e interpretada (sem que isso implique alguma simplificação grosseira) como uma resposta aos inúmeros problemas suscitados pelas mais diferentes facetas de uma realidade social singular configurada na região amazônica.

Note-se, porém, que tanto essa delimitação temática imposta pela questão regional quanto o caráter polígrafo da obra de Mário Ypiranga não podem ser dissociados de um quadro político e cultural mais abrangente. Foi precisamente o contexto histórico-cultural configurado a partir dos anos 1930 no Brasil que, de um modo ou de outro, viabilizou a um conjunto expressivo de intelectuais o ingresso no campo de produção simbólica ora em expansão, prescrevendo de antemão, conforme as posições desigualmente aí ocupadas, as perspectivas analíticas adotadas e os resultados atingidos em obras diversificadas. No caso de Mário Ypiranga Monteiro não é difícil identificar na diversidade e multiplicidade de seus textos e estudos a predominância de uma temática localista e a adoção de um enfoque

analítico pouco pretensioso em termos de abordagem dos objetos investigados e dos recursos metodológicos então manejados.

Ora, a busca por rendimentos simbólicos mais certos está atrelada diretamente aos trunfos sociais disponíveis por cada agente social dentro do campo de produção simbólica, impondo, assim, uma margem de atuação e o uso de determinadas estratégias por parte dos diferentes atores sociais em concorrência. A formação diletante e o uso de uma linguagem fortemente ancorada em uma tradição bacharelesca explicitam as limitações do autor de *Mocidade viril 1930* e permitem um melhor entendimento das opções por ele tomadas acerca da escolha de objetos de estudo e de perspectivas analíticas, porque constrangidas por determinações impostas pela lógica do próprio campo intelectual.

São conhecidos os processos através dos quais ocorreu a inserção na vida intelectual de um punhado de autores em períodos distintos da história cultural brasileira e, por consequência, o modo como se esboçou a estruturação paulatina de um campo de produção simbólica dotado de uma autonomia relativa frente às demais esferas sociais, notadamente frente à arena política (ver Alonso, 2000 e Miceli, 2000). Mas a articulação entre os estratos sociais dominantes e os intelectuais apenas nos informa, e de maneira genérica, uma espécie de posição ambígua desfrutada pelo conjunto dos produtores simbólicos como “fração dominada da classe dominante” (Bourdieu, 1992, p. 183). Essa posição social “em falso” a que estão condenados os intelectuais decorre diretamente da ligação pouco estável e, no limite, “negativa” que o campo cultural mantém com o campo do poder. A própria gênese e autonomia do campo de produção simbólica, neste sentido, acarretam um distanciamento necessário e gradativo do polo do poder (Bourdieu, 1996a) e, dada a desigual distribuição de um *quantum* de poder dentro de uma determinada estrutura social, gera-se a oposição entre um polo “fraco” (feminino) e um polo “forte” (masculino).

Uma relação de homologia pode ser estabelecida entre a disposição dos intelectuais no campo da cultura e os diferentes agentes e grupos sociais em disputa no campo político. Essa homologia, por seu turno, permite que identifiquemos e desloquemos a lógica do “campo de forças” de uma esfera a outra sem desconsiderar as referências e instâncias específicas geradas pelos próprios intelectuais enquanto uma categoria social singular, abrindo, dessa forma, uma visada sociológica mais eficaz acerca da produção simbólica (são exemplos de aplicação de tal abordagem Bourdieu, 1996b, Lepenies, 1996, e Ringer, 2000). Neste sentido, o que mais importa é a identificação dos marcos propriamente intelectuais a regular as diferentes posições em concorrência no âmbito do campo da produção simbólica a partir de um caso concreto. Mas toda e qualquer análise empreendida nesse ramo de

investigação ganha um melhor delineamento caso consigamos atingir certas minúcias do processo que leva alguém de “carne e osso” a engajar-se em uma carreira incerta (e “feminizada”) como é a carreira intelectual, em detrimento de uma carreira mais consistente (e “masculinizada”) como é, por exemplo, a carreira política.

Adotando como partido teórico essa perspectiva analítica, a identificação dos possíveis móveis sociais que teriam levado Mário Ypiranga Monteiro a lançar-se em uma carreira intelectual tende a tornar-se mais explícita. O livro *Mocidade viril 1930*, um relato de memórias, nos fornece não só um breve panorama do tecido social daquele contexto de inícios da década de 1930 da cidade de Manaus, mas também permite avaliar como diferentes carreiras abriam-se como opções possíveis ao jovem Mário Ypiranga através do modo como as recordações vão sendo enfeixadas na sua narrativa. Cabe ressaltar aqui, entretanto, que o fato de tratar-se de “memórias” de um indivíduo em particular não desqualifica e nem inviabiliza o tratamento desse material como de interesse sociológico. Como a memória nunca é somente individual, mas sim resultado de uma combinação dinâmica entre diferentes quadros sociais, as memórias individuais expressam momentos decisivos de uma dada “memória coletiva” (Halbwachs, 2004). Podemos abordar esse relato memorialístico, portanto, para além de uma obra concebida e escrita pelo seu autor com o mero objetivo de esclarecer “em pormenor” a feira de eventos que culminaram na “revolução ginásiana” de 12 de agosto daquele ano de 1930, “revolução” esta promovida pelos alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, então o mais importante centro de formação da intelectualidade manauara. (Desnecessário aqui empreender toda uma história dessa instituição escolar responsável pela formação de gerações inteiras de intelectuais nativos e de seu papel como um centro cultural local até a década de 1960(1)).

O acirramento entre as diferentes forças políticas no cenário nacional no decorrer dos últimos anos da década de 1920 também se reproduzia no âmbito local. A nomeação do novo governador Dorval Porto para o quadriênio 1930-1934 deixava inalterado o quadro político estadual. Apesar do descontentamento gradativo de largos setores da sociedade manauara e do agravamento da crise econômica pela qual vinha passando o estado do Amazonas, crise essa sem perspectiva de chegar a um termo, a continuidade do exercício do poder por parte daquelas forças tradicionais também parecia não ter fim. O empenho dos alunos do Ginásio Amazonense em reagir a essa conjuntura e, assim, vislumbrar uma alternativa que já vinha se desenhando no plano nacional, encontrou, evidentemente, barreiras e resistências por parte do grupo político alojado no governo. A “rebelião ginásiana” eclodiu quando o governo mobilizou seu aparato policial a fim de impedir a realização de um comício

concebido e organizado pelos alunos em conluio com os políticos de oposição. Para debelar quaisquer possibilidades de rebelião, a polícia decidiu cercar o prédio do Ginásio, prender os líderes e confiscar as armas lá existentes, dado que, juntamente com a atividade escolar regular, os alunos do último ano recebiam treinamento militar básico. O cerco redundou numa tensa negociação para que os alunos depusessem suas armas e se rendessem sem maiores conseqüências.

A partir da rememoração desses fatos, conforme esclarece o próprio Mário Ypiranga, tudo o que estivesse relacionado com a rebelião “ginasiana” ficaria definitivamente esclarecido e livre de qualquer deturpação. A motivação do autor ao relatar e sistematizar os quiproquós ocorridos, e isso depois de mais de cinquenta anos, parece estar estribada na necessidade de confrontar as versões de todos aqueles que, na tentativa de tirar algum proveito após vários anos, distorciam a verdade:

*[...] Apenas consignamos a verdade, caso contrário esta cronação perderia, no meio de tanta repetição inexata, seu próprio valor e objetivo. Valor que significa, em si mesmo, uma situação inédita na Amazônia, quiçá no Brasil; e o objetivo – guardar, mesmo que sentimentalmente, a memória de uma pleiade varonil e desassombrada. O que aqui está escrito é sem dúvida nenhuma a expressão da verdade já consabida e referida oportunamente, várias vezes, nos jornais de Manaus, posto que não nos seus detalhes intrínsecos, não no seu conteúdo ideológico, não na sua gratuidade emocional. Esta história precisava ser escrita e divulgada. (Monteiro, 1996, p. 24)*

*[...] Como a história não esquece os fatos, e torna-se necessário expurgar da sujeira uma ideia que foi elevada e uma causa a que dedicamos nossas vidas (salvas por circunstâncias especiais), não comento abertamente, mas publico as notícias estampadas na imprensa local. A verdade é que tão digna e santa causa não pode ser maculada por ideias, palavras e rumores que não autorizam invencionices nem muito menos o deboche. (Ibid, p. 97)*

É possível perceber já nesses breves trechos a importância conferida à “revolução ginásiana” não só pelo próprio autor, mas por todos aqueles que, de um modo ou de outro, foram tomados por Mário Ypiranga como seus interlocutores diretos quanto à interpretação dos fatos. E não se tratava somente de relatar fatos, mas de desvelá-los à luz dos conflitos ideológicos característicos daqueles anos de conturbação política. O seu alegado papel de líder na “rebelião” o autorizaria a relatar tudo com mais fidelidade, debelando, assim, eventuais “adversários internos” à sua própria geração. Não há dúvida aqui acerca do papel desempenhado pela “revolução ginásiana” na configuração e definição de uma geração de intelectuais e políticos manauaras e do conseqüente papel por ela cumprido no desdobramento dos eventos então vivenciados. O confronto travado com gerações anteriores (“adversários

externos”) não deve ser reduzido, no entanto, a um dado biológico, mas ganha melhor compreensão na medida em que uma dada situação social viabiliza uma dinâmica de renovação de valores e perspectivas (Mannheim, 1982, p. 67).

Ora, tal empreitada de refazer a sequência dos fatos relacionados com a “rebelião ginásiana” com o fito de atribuir-lhes um grau de veracidade incontestável e, com isso, enquadrá-los no panorama político da época, principalmente quando a memória e o testemunho pessoal servem como elemento de prova, só se torna viável caso já esteja plenamente consolidado um consistente capital simbólico por parte do memorialista. Capital simbólico este que fora formado em função da atuação do autor no campo da cultura e legitimado pelas diferentes instâncias locais de consagração intelectual ao longo dos anos. A importância da “agostada” de 1930 para Mário Ypiranga Monteiro definir seu ingresso em uma carreira intelectual (e até mesmo a adoção do seu sobrenome “Ypiranga” ganha aí um sentido e uma explicação (2)) reside no fato de aquele evento ter representado um momento singular de cruzamento entre a política e a cultura dentro de um contexto de profundas alterações em ambas as esferas. Tal fato, por si só, já justifica a análise da obra pelo prisma de um documento memorialístico e autobiográfico, permitindo não só uma reconstrução de um momento decisivo da vida do autor, mas também uma análise sociológica desse microcosmo social representado pelos “intelectuais nativos” de então, fossem eles manauaras ou não.

Todos os dados e elementos ali reunidos e analisados com o intento de aclarar possíveis dúvidas relacionadas aos inúmeros fatos ocorridos, e que são relatados pelo autor como fundamentais para o entendimento de todo o processo que culminou na versão local da Revolução de 1930, também nos serve de material para detectar não só as influências intelectuais que o então aluno ginásiano recebia de seus mestres, os quais, por seu turno, converteram-se nas suas primeiras referências propriamente intelectuais, mas também identificar as barreiras ainda existentes e interpostas a uma nova geração para possíveis incursões no âmbito de uma carreira política. Assim Mário Ypiranga refere-se, por exemplo, a Álvaro Maia, figura ambígua a mesclar o exercício efetivo de uma “liderança espiritual” e uma “liderança política” potencial perante os estudantes do Ginásio Amazonense desde as rebeliões ocorridas na cidade de Manaus em 1924:

*Foi no Ginásio Amazonense que comecei a sentir o quanto de odiosidade havia sido depositado na alma da mocidade contra os ladrões do erário público. Aquando da invenção da cadeira de Educação Moral e Cívica (1925) certas aulas proferidas pelo catedrático Álvaro Maia visavam a despertar em nós interesse pelas causas em que a pátria ou a sociedade dos homens estivessem empenhadas; visavam, também, e especialmente, a*

*fixação de padrões de comportamento contrário à linha de conduta exigida pela disciplina. (Monteiro, 1996, p. 35)*

Note-se que a motivação da “rebelião” dos estudantes estava em consonância com os rumos e desdobramentos do quadro político mais abrangente vividos pela sociedade brasileira e já em ebulição em seus centros de decisão política. A aversão daquela geração de alunos “ginasianos” aos políticos locais, sempre aludidos pelo autor em tom negativo e depreciativo, também pode ser interpretada como um reclamo quanto aos anseios dessa “elite letrada” atrelada ao Ginásio Amazonense. A ambiguidade da figura de Álvaro Maia deixa transparecer, de certo modo, o quanto de impotência uma autoridade intelectual pode portar quando migra para a arena política. O tom de desapontamento de Mário Ypiranga ao referir-se ao papel político desempenhado pelo próprio Álvaro Maia logo após a vitória do processo revolucionário de 1930, quando fora obrigado a alinhar-se com as forças supostamente depostas, expressa as complicações envolvidas na transição entre um meio e outro. O acúmulo de capital intelectual não garante, por si só, a conversão em um capital político suficientemente robusto para alterar ou reverter as relações de forças do campo do poder.

*[...] Mais tarde Álvaro Maia se doloria de haver cedido à tentação demoníaca da política, quando se viu despojado na via pública das suas humildes virtudes, apodado, insultado, enodado, posto que não respondia aos refeces. Enricheirado atrás dos seus votos místicos, o que parece absurdo em política, silenciou a mágoa e apenas perdoou. (Monteiro, 1996, p. 49)*

E é justamente nesse ponto que aquela oposição entre o polo “positivo” do poder e o polo “negativo” da cultura faz sentido. O próprio título do livro de Mário Ypiranga Monteiro, *Mocidade viril 1930*, ao ressaltar a virilidade e o empenho militar na ação rebelde dos estudantes, fosse traçando estratégias, fosse explicitando uma determinada posição ao ansiarem por mudanças na ordem política, ganha um forte contraste com o modo de construção da sua narrativa. Ao descrever de maneira detalhada as vestimentas e acessórios que paramentavam não só os alunos ginasianos do período, mas também todos os demais personagens, desde políticos tradicionais até jornalistas e intelectuais vacilantes entre o apoio ou não a uma nova ordem política, o autor deixa transparecer uma ambiguidade a que mesmo um “intelectual regional” (Vilhena, 1996, p. 125) está condenado, qual seja: a relação complexa entre o polo “feminino” da cultura e o polo “masculino” do poder. O ponto de vista aguçado do autor de *Mocidade viril 1930* quanto ao delineamento dos diferentes trajes dos diversos personagens inseridos naquele contexto cultural da cidade de Manaus, e então

envolvidos nos eventos da “agostada”, assim como a correlação entre os estilos de roupas e as forças políticas em jogo, tende a realçar o caráter “feminino” embutido na essência do trabalho intelectual (sobre a “feminização” do trabalho intelectual, ver Miceli, 2001; acerca da relação entre moda e sociedade, ver Souza, 1987 e Harvey, 2003).

Alguns exemplos são ilustrativos e podem ser aqui arrolados na medida em que confirmam esse argumento. Quando Mário Ypiranga ressalta os modos e o comportamento dos alunos do Ginásio Amazonense como algo distintivo de tudo o que havia em Manaus dos finais dos anos 1920, o que comprova o papel desempenhado pela instituição como centro de referência intelectual da cidade, ele o faz por meio de uma descrição minuciosa das variações de vestimentas então existentes para o uso do corpo discente em diferentes situações:

*Os alunos de todas as séries eram obrigados ao uso nas aulas dos uniformes regulados pelo regime por ato interno do estabelecimento, os quais eram constituídos de quatro tipos: a) culote de cáqui amarelo e perneiras pretas de couro; túnica de quatro bolsos e botões pretos com castelo em relevo; gandola com passadeiras, sapatos pretos abotinados, de cordões, cinturão largo preto; chapéu acabanado de feltro preto, tipo explorador; ou castelos dourados na gabardine verde do colarinho ou o número do tiro em metal; outro castelo dourado abaixo das divisas; b) mesmo uniforme sem cinturão e chapéu, os quais seriam abolidos; em lugar, casquete de gabardine verde com tope de castelo dourado, podendo usar-se quepe apropriado, calça comprida da mesma fazenda e cor; túnica igual à precedente, sapatos rasos pretos; casquete de gabardine verde com castelo dourado no tope; c) farda de gala, facultativa: calça de pano de brim ou linho pesado branco com fio de gabardine verde na costura; túnica idêntica à de cáqui com botões dourados de castelo em relevo; sapatos pretos de verniz com polaina de camurça branca; casquete de gabardine verde com castelo dourado somente para veteranos (quarto e quinto-anistas). Do terceiro ano para baixo as dragonas não levavam divisas de fio de ouro, mas de prata, nem a estrela de graduação no braço; d) podia haver uma variação na cor do pano da calça da farda de gala, usando-se culote e perneiras; e) ou qualquer outra combinação, mas não havia culote e perneiras brancas. Essa farda de gala seria imitada por outros colégios, com aplicação de perneiras de pano branco e talabarte de couro preto. (Monteiro, 1996, p. 88)*

Para caracterizar não só o quadro político daquele momento de crise econômica, mas também para ressaltar o rebaixamento social de setores inteiros da sociedade manauara, o autor estabelece um forte contraste entre o modo de trajar de alguns poucos apaniguados da administração pública, e que então desfrutavam dos favores oficiais, e a maioria dos não contemplados pelas benesses do governo; para tal ele contrasta as diferentes estratégias de camuflagem social presentes nos usos do terno HJ e de sua imitação barata, o GM:

*GM era a sigla popular de Gold Metal, a farinha de trigo norte-americana importada, cuja saca vendia-se a dois mil réis nos primeiros anos da demanda e viria mais tarde a alcançar cinco, dez e vinte mil réis se não foi além. Trazia estampada nas naves, em cores vivas, a marca do produto, amarelo e azul. As donas de casa ferviam o pano até a tinta delir e davam-lhe o destino conveniente que era vestir guapamente meninos e rapazes, e até gente graúda sem posses para adquirir, mesmo em contrabando, o aristocrático HJ dos gamenhas. (Monteiro, 1996, p. 44)*

Mesmo quando o autor busca caracterizar os políticos da situação, como a figura do então recém nomeado governador do Amazonas Dorval Pires Porto, a referência utilizada também é a vestimenta que tão o singularizava:

*Dorval Porto era conhecido em Manaus como o ‘homem do colarinho alto’, que era moda, também desfrutada pelos doutores Plácido Serrano, Efigênio Sales, Pedro Massa Bruta, José Alves Souza, desembargador Sá Peixoto, professor Agnelo Bittencourt, etc., apesar de já usar-se colarinho baixo e haver sido abolido o uso do colete. (Ibid, p. 56)*

*Para os que conhecem a tradição politqueira sordidamente viscosa, é bom que se lembre de que quase todos os auxiliares do ‘homem do colarinho duro’ eram elementos enraizados profundamente nas gestões de quase meio século de dominação política em que a oposição vinha sistematicamente sendo subjugada não pela ação do voto livre, mas pela perigosa arma da política vigilante nas urnas, da capangagem subvencionada, do aulicismo enxovalhado. (Ibid, p. 110)*

A relação entre um tipo de vestimenta já considerada antiquada e a posição social de certos personagens é apontada pelo autor como prova do envelhecimento de posturas políticas que não mais cumpriam o seu papel dentro de um quadro de mudanças sociais. Não que este raciocínio tenha o objetivo de reduzir certas tomadas de posição política ao modo de se trajar uma roupa, embora a relação entre moda e estrutura social seja algo pertinente e relevante (ver Souza, 1987 e Harvey, 2003).

Dentre os nomes citados por Mário Ypiranga Monteiro adeptos do uso do “colarinho alto”, já em desuso, encontram-se alguns intelectuais locais com reconhecimento e dotados de um “nome próprio” e que cumpriam papel decisivo na formação daquela geração de “ginasianos” (3). Plácido Serrano, diretor do Ginásio Amazonense à época da rebelião estudantil, e Agnelo Bittencourt (4), secretário de Instrução Pública do governo Dorval Porto, a despeito de seus vínculos com as forças políticas dominantes, não só são preservados por Mário Ypiranga de críticas mais contundentes e severas, como também são destacados como merecedores de respeito e admiração tanto pelo que representavam no âmbito estritamente educacional quanto em função da defesa do Ginásio Amazonense e de seus alunos naquele



episódio, mesmo contrariando setores do próprio governo ao qual serviam. A percepção e a apreciação por parte do autor quanto aos professores do Ginásio, e que desempenhavam, em última análise, o papel de referências intelectuais para os alunos, também é explicitada via a caracterização dos seus respectivos modos de trajar e que, de certa forma, expressavam posturas políticas distintas. A contraposição entre o próprio Agnello Bittencourt e Álvaro Maia é significativa na medida em que aponta uma diferença política entre ambos, mas, ao mesmo tempo, os preserva como figuras emblemáticas da intelectualidade manauara:

*De quantos me lembram simpáticos pelos contatos diuturnos, mesmo fora de classe, convém salientar o professor Agnello Bittencourt, cortês, aprumado, correto na indumentária, sempre de escuro, pontual na cátedra, a sofrer e a sofrer o calote oficial naqueles terríveis dias da administração Rego Monteiro. Por outro lado, Álvaro Maia era mais comunicativo, mais frequentemente cortejado e cercado pelo entusiasmo dos discentes, inclusive por parte das mulheres. O contraste entre os dois educadores era profundo e o professor Agnello Bittencourt, o “velho Agnello”, como desrespeitosamente o chamávamos na ausência mas sem qualquer intenção ofensiva de mesmo que o fazíamos com o professor Plácido Serrano, o “velho”, o “velhote” ou o “velho Plácido”. (Monteiro, 1996, p. 162)*

O branco dos trajes de Álvaro Maio salienta o seu lado místico e sedutor encarnados na sua figura ambígua de poeta e político. O negro de Agnello Bittencourt, por seu turno, faz ressaltar o seu ascetismo como funcionário a serviço da educação e, ao mesmo tempo, como alguém atrelado ao poder (sobre o uso da cor preta nas vestimentas ao longo da história ver Harvey, 2003). Ora, o vínculo entre esse tipo de abordagem a ressaltar vestimentas e modos de comportamento, tanto de pessoas quanto de grupos sociais (assim como o maior ou menor reconhecimento social aí implicado), e o trabalho intelectual como um exercício específico de percepção e construção simbólica de uma dada realidade, apontam e reforçam a separação entre o campo cultural e o campo do poder como uma cisão entre um polo “fraco” (feminino) e um polo “forte” (masculino) a dinamizar toda a estrutura social. Embora a exclusão entre as duas esferas não implique uma interdição para qualquer agente social transitar de uma a outra, os meios são claramente distintos e o acúmulo do respectivo capital simbólico obedece a regras diferenciadas. A decepção já salientada por Mário Ypiranga quanto ao papel de Álvaro Maia quando este se tornou o líder local do movimento revolucionário de 1930, talvez se justifique pela sua incompreensão no que diz respeito às peculiaridades do “jogo político”.

O trabalho simbólico implicado no desvelo dos problemas e questões suscitadas por uma região como a Amazônia dentro de um contexto político e intelectual marcado por

disputas entre posições diretamente interessadas em redefinir o caráter da própria nacionalidade brasileira, assim como aclarar os possíveis caminhos a serem trilhados dentro de uma nova perspectiva de modernização do aparato estatal (pois esse era o móvel da disputa política nos anos finais da década de 1920), implicava a adoção de posturas muitas vezes arriscadas dentro desse complexo “jogo de perde e ganha” que caracteriza o campo de produção simbólica. Com a redefinição das forças políticas, alteram-se igualmente as demandas referentes às representações simbólicas. Embora tal relação não se dê como um reflexo direto de um meio sobre o outro, as posições no campo intelectual tendem a “refratar” a nova correlação de forças políticas quando priorizam determinados aspectos simbólicos em detrimento de outros. O tema da identidade nacional e do regionalismo focalizados pela intelectualidade brasileira ao longo dos anos 1930 expressa, dessa forma, as mudanças políticas então operadas na sociedade brasileira e, mais especificamente, no aparato estatal (Miceli, 2001).

Se a lógica de funcionamento do campo intelectual tende a alijar para posições mais subordinadas todos aqueles agentes sociais que mantêm uma prática divergente e/ou discordante relativamente a uma prática dominante, os momentos de redefinição propiciados pelas alterações dessas posições (e que são invariavelmente suscitadas e sinalizadas por mudanças no campo político) podem converter-se em uma oportunidade para todo um grupo de intelectuais (inclusive para os aspirantes) a conseguir uma inserção favorável nesse microcosmo social particular. Assim como a Revolução de 1930 é tomada como um novo marco definidor de novas posições dentro do campo de produção simbólica, já que o processo de modernização do Estado ampliou o mercado de postos intelectuais (Candido, 2000 e Miceli, 2001), os eventos narrados por Mário Ypiranga Monteiro em *Mocidade viril 1930* podem ser interpretados como decisivos para os rumos por ele trilhados a partir daí em uma carreira intelectual, e revelar, retrospectivamente, as motivações que o levaram a priorizar determinados temas em detrimento de outros.

O regionalismo nas suas mais diferentes manifestações, o folclore regional amazônico, a literatura regional, por exemplo, converteram-se em objetos prioritários para Mário Ypiranga exatamente porque contemplavam uma dupla exigência: de um lado atendia uma demanda das forças políticas regionais e, de outro lado, permitia uma inserção relativamente vantajosa no quadro mais abrangente da produção simbólica nacional. A sua participação efetiva na Comissão Nacional de Folclore na década de 1950 expressa os ganhos dos investimentos feitos (sobre a importância e o papel da Comissão Nacional do Folclore ver Vilhena, 1997). A sua nomeação para o Ginásio Amazonense como professor na cadeira de

Geografia Humana alguns anos depois da “rebelião ginasiana”, quando Álvaro Maia já exercia o seu mandado de interventor, é um dado central para os desdobramentos posteriores de sua carreira como intelectual. O próprio caráter mais localista e ideográfico da geografia como disciplina no leque das ciências sociais expressou, de certa forma, as ambições e limitações das investigações posteriores de Mário Ypiranga.

Os decisivos e complexos processos implicados no ato de delimitação e definição de um dado território como uma região distinta, e então legitimamente constituída como uma unidade, a um só tempo, política, econômica e social, não pode prescindir da importante tarefa de um conjunto de atores sociais especificamente autorizados e encarregados de produzir, no plano das representações, a própria ideia de região (Bourdieu, 1989). Neste sentido, a definição de região não pode ser concebida em termos puramente “naturais”, por ser a própria Natureza, ela mesma, resultado de uma disputa travada na ordem cultural. A fronteira a separar e distinguir Cultura e Natureza é sempre uma decorrência direta de critérios e formulações já necessariamente culturais e, portanto, é o resultado de representações simbólicas oriundas da disputa entre agentes sociais empenhados em delimitar e fazer existir uma realidade regional precisa. É a partir desse quadro que ganha relevância o enfoque sobre o processo de formação dos produtores de representações simbólicas que, invariavelmente, podem ser localizados em cenáculos literários ou artísticos, ou em movimentos de caráter regionalista.

A trajetória de Mário Ypiranga Monteiro, um intelectual conhecido e reconhecido por diferentes instâncias culturais de consagração local como um autor autorizado e, portanto, portador de autoridade para falar sobre a Amazônia, pode propiciar um exemplo concreto de como essa relação entre o plano das representações e o aspecto político mais amplo explicita os embates não só entre disciplinas mais ou menos legítimas, mas também entre diferentes intelectuais desigualmente dispostos no campo de produção simbólica da própria região e do país.

## NOTAS

(1) Sobre a importância do Ginásio Amazonense Pedro II para a formação da elite intelectual de Manaus ao longo dos anos 1920 até os anos 1960 ver o trabalho de José Vicente Aguiar (Aguiar, 2002), mais precisamente o capítulo III. A relação que o autor estabelece entre o Ginásio Amazonense, a Praça da Polícia e o Cine Guarany, e que constitui o seu núcleo de reflexão, explicita bem o papel catalisador daquela instituição escolar como centro de debates intelectuais da cidade. O próprio Mário Ypiranga ressalta no seu livro *Mocidade viril 1930* a importância do Ginásio Amazonense naqueles seus dias de aluno: “(...) Nossa farda era olhada com respeito místico. Era respeitada como a garantia de ordem. Nós, a geração de trinta (para falarmos num modo geral), criamos o conceito novo do estudante varonil, destemeroso, cavalheiro, respeitador, altivo, prestimoso, contemporizador, aplicado, ordeiro, mas folgazão e prudente até quando não fosse posta à prova a valentia e a coragem. (...)” (Monteiro, 1996, p. 91).

(2) “Meu nome de batismo era simplesmente Mário Monteiro, não obstante Ypiranga já vir tradicionalmente assumido na família. Assim fui matriculado no Ginásio Amazonense. A desagradável coincidência com o nome do famigerado chefe de polícia fazia que a turma vivesse glosando a circunstância e até me perguntavam se éramos parentes, por isso meu genitor resolveu que se adotasse o sobrenome de minha tia Ypiranga, nome que viera, como tantos outros, com a independência do Brasil. O fato em si não tem importância, não fora a ostensiva agressividade dos colegas pelos administradores depostos.” (Monteiro, 1996, p. 43).

(3) O escritor Raimundo Morais é um dos alvos preferidos de Mário Ypiranga Monteiro a sofrer permanentes ataques dentre os intelectuais a serviço do governo de Dorval Porto naquele momento. Quando da criação da Sociedade Literária dos Novos, fundada em janeiro de 1930, e que também se convertia em uma das maneiras de afrontar as autoridades, tentou-se incluir o nome do já famoso escritor a fim de arrefecer o embate do pequeno grupo de literatos e o governo. Mas o autor de *Mocidade viril 1930* não o poupa de seus ataques: “(...) Raimundo Morais sempre fora *persona non grata*, e mesmo na direção da Imprensa Oficial no governo Dorval Porto, manteve atritos com os funcionários por caloteá-los e exigir que trabalhassem de graça na composição de seus livros.(...)”. (Monteiro, 1996, p. 113).

(4) “Parece que os únicos acertos daquela política de início funesto foram os dos professores dr. Plácido Serrano Pinto de Andrade para o Ginásio e Agnello Bittencourt para a Instrução Pública.” (Monteiro, 1996, p. 110)

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Vicente de Souza (2002). **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Ed. Valer/Governo do Estado do Amazonas.

ALONSO, Angela (2000). Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, v. 15, número 44, p. 35-54.

BOURDIEU, Pierre (1989). A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Tradução de Ferenando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, p. 107-132.

\_\_\_\_\_ (1992). Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli e outros. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, p. 183-202.

\_\_\_\_\_ (1996a). Por uma ciência das obras. In: **Razões práticas**; sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Ed. Papyrus, p. 53-73.

\_\_\_\_\_ (1996b). **As regras da arte**; gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio (2000). A Revolução de 1930 e a cultura. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, p. 181-198.

HALBWACHS, Maurice (2004). **A memória coletiva**. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Ed. Centauro.

HARVEY, John (2003). **Homens de preto**. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora UNESP.

LEPENIES, Wolf (1996). **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp.

MANNHEIM, Karl (1982). O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (org.). **Mannheim**. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Ed. Ática, p. 67-95.

MICELI, Sérgio (2001). **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras.

MONTEIRO, Mário Ypiranga (1996). **Mocidade viril 1930**; motim ginásiano. Manaus: Edições Nheenquatiara.

RINGER, Fritz (2000). **O declínio dos mandarins alemães**; a comunidade acadêmica alemã (1890-1933). Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp.

SOUZA, Gilda de Melo e (1987). **O espírito das roupas**; a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras.

VILHENA, Luís Rodolfo (1996). Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, número 32, outubro.

\_\_\_\_\_ (1997). **Projeto e missão**; o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte/FGV.